

**A FORMAÇÃO SOCIAL, HISTÓRICA, POLÍTICA E CULTURAL
DO BRASIL A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA: A PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL
BRASILEIRA**

**THE SOCIAL, HISTORICAL, POLITICAL, AND CULTURAL
FORMATION OF BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF THE
MARXIST THEORY OF DEPENDENCE: THE PARTICULARITY
OF THE BRAZILIAN SOCIAL QUESTION**

**LA FORMACIÓN SOCIAL, HISTÓRICA, POLÍTICA Y
CULTURAL DE BRASIL DESDE LA TEORÍA MARXISTA DE LA
DEPENDENCIA: LA PARTICULARIDAD DE LA CUESTIÓN
SOCIAL BRASILEÑA**

Flávio José Souza Silva¹

RESUMO

O presente artigo analisa a formação social, histórica, política e cultural do Brasil sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD), reafirmando a centralidade da superexploração da força de trabalho e do racismo estrutural na conformação do capitalismo dependente brasileiro. Fundamentado em uma revisão bibliográfica crítica, o estudo evidencia que o subdesenvolvimento latino-americano não constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição funcional e estrutural à reprodução do capital em escala global. A partir das contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini, argumenta-se que o capitalismo brasileiro articula modernização conservadora, reprodução das desigualdades e permanência de estruturas arcaicas, consolidando uma ordem social profundamente desigual. A metáfora do sertão, mobilizada como categoria analítica, expressa a síntese das contradições históricas que atravessam a sociedade brasileira. Dessa forma, o artigo contribui para a compreensão crítica da particularidade da questão social no Brasil, articulando singularidade histórica e totalidade capitalista mundial.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; Superexploração do Trabalho; Capitalismo Dependente; Racismo Estrutural.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS/UFRJ). <https://orcid.org/0000-0002-2381-7174>. E-mail: silvaflaviojosesouza@gmail.com



ABSTRACT

This article examines the social, historical, political, and cultural formation of Brazil through the lens of the Marxist Theory of Dependence (MTD), emphasizing the pivotal roles of labor overexploitation and structural racism in the configuration of dependent capitalism. Grounded in a critical bibliographic review, the study asserts that Latin American underdevelopment is not a pre-developmental stage, but rather a functional and structural condition for the reproduction of global capital. Drawing on the theoretical framework developed by Ruy Mauro Marini, the article argues that Brazilian capitalism synthesizes conservative modernization, reproduction of inequalities, and persistence of archaic structures, thereby entrenching profound social disparities. The *sertão* is mobilized as an analytical metaphor, capturing the historical contradictions that shape Brazilian society. Thus, the paper advances a critical understanding of Brazil's social question, articulating historical particularity within the broader totality of global capitalism and emphasizing the unique features of the Brazilian dependent development.

Keywords: Marxist Theory of Dependence; Labor Overexploitation; Dependent Capitalism; Structural Racism.

RESUMEN

El presente artículo examina la formación social, histórica, política y cultural de Brasil a partir de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), subrayando la centralidad de la sobreexplotación laboral y del racismo estructural en la configuración del capitalismo dependiente. A partir de una revisión bibliográfica crítica, se sostiene que el subdesarrollo latinoamericano no constituye una fase previa al desarrollo, sino una condición funcional para la reproducción del capital en escala global. Basándose en el marco teórico desarrollado por Ruy Mauro Marini, el texto argumenta que el capitalismo brasileño articula una modernización conservadora con la persistencia de estructuras arcaicas, profundizando así las desigualdades sociales. El *sertão* se utiliza como una categoría analítica que sintetiza las contradicciones históricas que atraviesan la sociedad brasileña. De este modo, el artículo contribuye a una comprensión crítica de la cuestión social brasileña, articulando particularidad histórica y totalidad capitalista mundial, con énfasis en las especificidades nacionales.

Palabras clave: Teoría Marxista de la Dependencia; Sobreexplotación Laboral; Capitalismo Dependiente; Racismo Estructural.

INTRODUÇÃO

“[...] Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”.

Guimarães Rosa²

² Os fragmentos literários utilizados neste artigo são da obra “Grande Sertão: Veredas”, de João Guimarães Rosa, publicado em 2006, pela Editora Nova Fronteira (Rosa, 2006).



A proposta do nosso texto é traçar algumas reflexões que possam apreender o processo de formação social, histórica, política e cultural do Brasil, partindo das contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD). O nosso esforço, portanto, será entender a particularidade brasileira inserida em uma totalidade, sendo ela histórica e processual, expressando-se de forma desigual, mas combinada à lógica de produção capitalista (Lenin, 2012).

A escolha da epígrafe de Guimarães Rosa reflete o espírito que atravessa este texto: compreender que é justamente nas bordas do sistema, nos sertões físicos e simbólicos do Brasil, que o pensamento crítico se forja com mais força. O sertão rosiano não é apenas um lugar geográfico, mas uma metáfora das contradições que compõem o país: o arcaico e o moderno, o visível e o silenciado, o poder e a resistência. Ao tomarmos o sertão como imagem de um pensamento que se recusa à submissão ao “poder do lugar” — poder esse historicamente construído pelas elites centrais —, afirmamos a relevância de perspectivas teóricas como a Teoria Marxista da Dependência, que nasce da periferia global e elabora as armas da crítica.

No Pós-Segunda Grande Guerra Mundial, no que diz respeito às transformações societárias deste momento histórico, surge - no continente Latino-Americano - a necessidade de pensar as particularidades da questão social³ deste continente, buscando a formulação de teorias próprias, refutando as influências estrangeiras (sobretudo, àquelas de base europeia e norte-americana). Essas elaborações teóricas deveriam responder o porquê de o capitalismo não ter se desenvolvido plenamente nos países latino-americanos. É este o solo histórico que orienta a construção da primeira teoria que busca responder os obstáculos à plena implementação da modernidade (leia-se: do capitalismo) na América-Latina.

A Teoria do Desenvolvimento (TDE) partia das experiências, tidas como bem-sucedidas, dos países de capitalismo desenvolvido, focando em seus avanços na esfera industriais e no progresso técnico. Propunha, assim, que à superação do “atraso” que marcava os países do continente latino-americano só seria findado por meio do desenvolvimento industrial. O pressuposto desenvolvimentista desconsiderava a formação social, histórica, política e cultural dos países latino-americanos, pois a sua

³ “[...] A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos [...], no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos” (Iamamoto, 2012, p. 160).

tese central estava sustentada na compreensão do desenvolvimento como sendo um *continuum* evolutivo. Assim, os países avançados estariam nos extremos superiores, alcançando esse posto graças ao pleno desenvolvimento do aparelho produtivo. As diferentes economias, que compunham o sistema internacional, encontravam-se em estágios distintos desse processo, apresentando, assim, graus diversos na escala de desenvolvimento (Marini, 1992).

A TDE constrói uma compreensão em torno do subdesenvolvimento que corresponderia à noção de “[...] uma situação de desenvolvimento pré-industrial” sendo, portanto, “[...] uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno” (Marini, 1992, p. 71-72). A partir dessa noção, o desenvolvimento pleno seria acessível a todas as nações se estas se esforçassem para construírem as condições adequadas para tal. A difusão dessas ideias ficaria a cargo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), fundada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (CES/ONU). Para além da propositura de políticas públicas para o desenvolvimento, essas agências cumpriam uma função ideológica de domesticação e de subordinação cultural dos países do terceiro mundo aos países imperialistas (com primazia da influência do Estados Unidos da América, na particularidade brasileira) (Marini, 1992).

A missão da CEPAL era colocar os países latino-americanos nos “rumos certos” do desenvolvimento, possibilitando a diminuição das desigualdades sociais. Porém, mesmo com todo o esforço teórico e metodológico, na tentativa de se criar um novo modelo econômico para América Latina, a partir da década de 1960, a TDE perde força, tendo em vista a impossibilidade de se reproduzir experiências bem-sucedidas nos países latino-americanos. Apesar dos altos índices de crescimento nos países do continente latino, estes ficavam limitados pela dependência econômica e política aos países imperialistas (Marini, 1992).

É a partir da necessidade de novas elaborações teóricas, que possam desvendar os vínculos de dependência e de dominação, que surge a Teoria da Dependência (TD). Sendo este um arcabouço teórico que estabelecia uma crítica contundente aos pressupostos do desenvolvimentismo, avançando na compreensão do processo de integração mundial, buscava compreender “[...] as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (Santos, 2000, p. 26).

Contraditoriamente à TDE, a TD não apreendia o desenvolvimento e o subdesenvolvimento enquanto etapas de um mesmo processo evolutivo, mas sim enquanto realidades que, apesar de estarem estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. A partir desse pressuposto, o subdesenvolvimento passa a ser apreendido enquanto um produto do desenvolvimento desigual, mas combinado à lógica de produção capitalista, funcional e caracterizando-se enquanto uma expressão específica da constituição do capitalismo na periferia do globo. O imperialismo, assim, não é algo externo à dependência, afirma Marini (1992, p. 90), ele “[...] permeia toda a economia e as sociedades dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas, de seu Estado e da sua cultura”.

Há dois desdobramentos à Teoria da Dependência. A primeira, de base weberiana, sendo Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Enzo Faletto (1935-2003) os seus maiores expoentes, compreendia a dependência como sendo o padrão de desenvolvimento das sociedades que seriam marcadas por uma ambiguidade que é explicitada por uma independência política, mas uma submissão e subordinação econômica aos países centrais, em detrimento da função que estes assumem no mercado internacional capitalista. O objetivo dos autores seria de compreender as “[...] condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantém relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista” (Cardoso; Faletto, 1981, p.7).

A proposta da TD não é apreender os vínculos da dependência dos países latino-americanos com o imperialismo, mas o foco seria na análise das classes sociais, do capitalismo e do desenvolvimento, mesmo que para os autores essa processualidade não possa ser desligada da expansão do sistema internacional. Temos, assim, a noção da dependência e do desenvolvimento associado. Sendo essa ideia, segundo Cardoso (2012, p. 69), o “[...] limite do possível [...] uma ideia conservadora, um realismo terra a terra. [...] Mas a ideia de estender e ampliar os limites do possível, essa não tem nada de conservadora”. Bresser-Perreira (2010, p. 37) traz uma bela síntese a respeito dessa ideia, já que “[...] os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento”.

O desenvolvimento dependente e associado, para ser posto em prática, demandaria a redefinição dos arranjos políticos e sociais internos, na perspectiva de uma modernização das relações sociais, na organização política e na ação do Estado. Assim,

essa modernização deveria atender as novas estruturas do capitalismo, na era da internacionalização dos mercados internos. Ou seja, essa modernização deveria ser conservadora e funcional aos interesses do capitalismo imperialista. A partir dessa síntese, podemos compreender melhor as ações tomadas por FHC durante os seus dois mandatos, enquanto Presidente da República do Brasil (1994-2002), no que diz respeito ao desmonte do Estado brasileiro, nas inúmeras contrarreformas da sua gestão neoliberal.

Na esteira dos anos 1970, como também proposta de superação aos ideais defendidos pela CEPAL e como um desdobramento da teoria da dependência, a partir de uma apreensão marxista, surge a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esta, completamente antagônica à vertente weberiana, que compreendia a dependência como sendo uma situação que poderia ser alterada via associação política das classes nacionais aos interesses internacionais. A TMD apreendia o desenvolvimento capitalista latino-americano como sendo uma especificidade desigual, mas que estava combinada à lógica de produção capitalista internacional. Partia, portanto, da análise de um fenômeno singular buscando desvelá-lo e vinculá-lo à universalidade do modo de produção capitalista.

As obras seminais da Teoria Marxista da Dependência (TMD) pertencem a três importantes intelectuais latino-americanos. Ruy Mauro Marini (1932–1997), economista, lança *Dialética da Dependência* (1973⁴), obra inaugural que apreende a dependência como categoria central para compreender a especificidade do capitalismo nos países da periferia. Theotonio dos Santos (1936–2018), também economista, publica *O estruturalismo latino-americano* (1969), em que aprofunda a crítica ao desenvolvimentismo e elabora uma visão histórica e totalizante da dependência. Vânia Bambirra (1940–2015), cientista política, socióloga e economista, contribui com *O capitalismo dependente latino-americano* (1978), sistematizando as características estruturais da dependência em sua vinculação ao processo de acumulação capitalista internacional.

Para além da essencialidade da dependência, Marini (2017) afirma que a economia latino-americana apresenta particularidades, que são apreendidas como

⁴ Apesar da relevância incontestável das contribuições de Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra para a consolidação da Teoria Marxista da Dependência, este texto se debruça, por limitações de tempo e espaço, exclusivamente sobre a obra de Ruy Mauro Marini. Utilizamos, para tanto, a versão integral de *Dialética da Dependência*, publicada na *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, volume 9, número 3, no ano de 2017.

deformidades no processo de desenvolvimento do capitalismo em nossa realidade. Neste sentido, é comum a compreensão de um pré-capitalismo. Para o autor, o que

[...] deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos da realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas (Marini, 2017, p. 326).

Portanto, o que há em nossa particularidade é mais que um pré-capitalismo, mas a constituição de um capitalismo *sui generis*, que só pode ser apreendido em sua vinculação ao conjunto universal do sistema capitalista. Fundamentado na obra marxiana, o autor busca apreender, por meio das formas sociais mais desenvolvidas, os vínculos que se expressam em formas mais embrionárias. Nas palavras de Marini (2017, p. 326), ao “[...] ressaltar um elemento simples, torna mais compreensível a sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento”. Neste sentido, afirma Marx (2008, p. 266) é uma “[...] iluminação universal em que atuam todas as cores e às quais modifica em sua particularidade”. Portanto, as “[...] leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real” (Marx, 2008, p. 261).

A partir dessa chave analítica, o autor busca apreender o processo de integração da América Latina ao mercado internacional, iniciada no século XVI, quando o capitalismo estava se expandindo pelo globo. Assim, a contribuição do continente se deu no aumento do fluxo de mercadorias e na expansão dos meios de pagamento, permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa e este sustentou o sistema manufatureiro propiciando a criação da grande indústria. Assim, a revolução industrial, “[...] que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra”. (Marini, 2017, p. 327). E é a partir dessa integração que os países se articularão e por meio dos seus interesses, irão produzir e exportar bens primários, em troca de produtos manufaturados de consumo e de dívidas.

Assim temos a estruturação de uma relação definida entre a América Latina e os centros capitalistas europeus: a divisão internacional do trabalho, que será responsável em determinar o caminho do desenvolvimento posterior do continente. Nas palavras de Marini (2017, p. 328), é a partir “[...] de então que se configura a

dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Neste sentido, o lugar ocupado na divisão internacional do trabalho pela América Latina só pode ser a da dependência e para sua superação, necessariamente demanda a supressão das relações de produção que a fundamentam.

Assim, a TMD nos permite apreender que as funções que são desempenhadas pela América Latina na economia mundial capitalista fogem de uma simples resposta aos requisitos físicos que são induzidos pela acumulação dos países centrais. O que há é um deslocamento do eixo de acumulação na economia industrial da produção de mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, “[...] que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (Marini, 2017, p. 328). O resultado objetivo desse desenvolvimento da produção latino-americana é a maior exploração da força do trabalhador, que resulta na desvalorização real da força de trabalho e na sua violação.

É a partir dos elementos contidos na TMD, que conseguimos captar o caráter contraditório da dependência latino-americana, responsável por determinar as relações de produção em nosso continente, que orientaremos as nossas reflexões, neste texto. Como já pode ser sinalizado, trata-se de uma reflexão teórica, sustentada por uma revisão bibliográfica. Nossa exposição está dividida, no primeiro momento, aos fundamentos teóricos que sustentam a superexploração; no segundo momento, apresentaremos a formação social, histórica, política e cultural brasileira, a partir da TMD; apresentaremos as nossas considerações; e, por fim, as nossas referências.

OS FUNDAMENTOS DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: elementos essenciais para apreender a particularidade da América Latina

“[...] sou só um sertanejo
nessas altas ideias navega mal”.
Guimarães Rosa

Quando Rosa diz ser “*só um sertanejo*” que “*nessas altas ideias navega mal*”, ele nos lembra que há um saber que brota da terra, do corpo cansado e da lida dura — um saber que, embora alheio ao jargão teórico, carrega em si a matéria viva das contradições. Ao nos debruçarmos sobre a superexploração do trabalho na América Latina, partimos justamente desse chão: da vida real de quem trabalha demais, ganha de

menos e vive à margem da dignidade. São esses sertanejos — homens e mulheres atravessados por séculos de exploração — que dão carne ao conceito e sentido à crítica. A teoria que aqui manejamos, ainda que nascida em livros, é chamada a dialogar com esse mundo concreto onde o pensamento é forjado no esforço e na resistência. E talvez seja justamente aí, onde *parece* que se navega mal, que se ergue com mais nitidez a inteligência radical da vida.

Como já sinalizamos, a inserção da América Latina na economia capitalista busca responder às exigências da passagem da produção de mais-valor relativo nos países industriais, a partir de uma troca desigual (Marini, 2017). O mais-valor relativo “[...] deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração da proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” (Marx, 2017, p. 390). A consequência desse processo leva à queda no valor da força de trabalho que é causada pelo aumento da produtividade, que ocasiona o barateamento das mercadorias. Neste sentido, o aumento da produtividade do trabalho não assegura por si só o aumento do mais-valor relativo, pois, “[...] ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais-valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista industrial a procurar o aumento da produtividade” (Marini, 2017, p. 329). Assim, há a possibilidade de o capitalista reduzir o valor individual da sua mercadoria, em detrimento das condições que são atribuídas na produção, possibilitando a extração de um mais-valor superior ao dos seus competidores, um mais-valor extraordinário.

Se altera, dessa forma, a repartição geral do mais-valor entre os diversos capitalistas, que se traduz em um lucro extraordinário, não modificando o grau de exploração, não incidindo na taxa de mais-valor. Portanto, é importante destacar que a “[...] determinação da taxa de mais-valor não passa pela produtividade em si, mas pelo grau da exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente [...] e o tempo necessário” (Marini, 2017, p. 329). Assim, só a alteração dessa proporção, em sentido que favoreça os capitalistas, pode modificar a taxa de mais-valor. Neste sentido, o mais-valor relativo está intrinsecamente vinculado à desvalorização dos bens-salários, de modo geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho.

Ao partir da análise da totalidade, estamos buscando compreender a função que a América Latina cumpre na divisão internacional do trabalho, a partir da constituição do capitalismo em nossa particularidade e as expressões concretas desse processo aos países centrais. Ou seja, a contribuição do continente latino-americano para o

desenvolvimento do modo de produção capitalista que se sustenta na extração de mais-valor relativo.

A partir da experiência bem-sucedida da América Latina em prover alimentos aos países centrais, demandado pelo crescimento da classe trabalhadora operária, o continente contribui na criação de uma oferta mundial de alimentos. Este elemento foi decisivo para que os países industriais incumbissem ao mercado exterior (a América Latina, sobretudo, mas não só) a necessidade de suprirem a necessidade por meios de subsistência. O efeito dessa oferta,

[...] será o de reduzir o valor da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valor cada vez mais elevadas. Em outras palavras, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salários, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento do mais-valor nos países industriais (Marini, 2017, p. 329).

Portanto, ao mesmo passo que a América Latina contribui à produção de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, ela também possibilita a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais. O resultado é a superação dos obstáculos que o caráter contraditório da acumulação cria para essa expansão. Essa expansão do mercado mundial diz respeito à base da qual opera a divisão internacional do trabalho entra as nações industriais e as não industriais, que tem em contrapartida a essa divisão a ampliação do mercado mundial (Marini, 2017).

Há de se considerar que o intercâmbio de mercadorias demanda uma troca entre equivalentes, cujo o “[...] valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam” (Marini, 2017, p. 331). No entanto, é observável diversos mecanismos que permitem a transferência de valor, que acabam passando por cima da lei de troca⁵, expressando-se nas formas em que se fixam os preços no mercado e os preços da produção de mercadorias. Demandando, assim, a distinção dos

[...] mecanismos que operam no interior de uma mesa esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de

⁵ “[...] É verdade que as mercadorias podem ser vendidas por preços que não correspondem a seus valores, mas esse desvio tem de ser considerado como uma infração da lei da troca de mercadorias. Em sua forma pura, ela é uma troca de equivalentes, não um meio para o aumento do valor” (Marx, 2017, p. 233-234).

troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas (Marini, 2017, p. 331)

Esses mecanismos de transferência de valor, seja na produtividade ou no monopólio da produção, expressam um mecanismo de compensação. Sendo um incremento do valor trocado, pela parte que é menos favorecida sem “[...] impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-lo total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado” (Marini, 2017, p. 332). Neste sentido, é importante que compreendamos que para aumentar a massa de valor produzida o capitalista deve aumentar a exploração da força de trabalho, por meio da sua intensificação, do prolongamento da jornada de trabalho ou combinando esses dois processos.

Assim, as nações desfavorecidas pela troca desigual tentam corrigir o desequilíbrio expresso entre os preços e valor das suas mercadorias exportadas, compensando a perda gerada pelo comércio internacional, por meio do recurso da maior exploração da força de trabalho (Marini, 2017). Temos, assim, a característica central não da compensação, mas o mecanismo que opera a produção interna na América Latina: a superexploração da força de trabalho. São três expressões desse mecanismo, identificados por Marini (2017, p. 334), sendo a “[...] intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho”, configurando um modo de produção que é sustentado exclusivamente na maior exploração do trabalho e não no desenvolvimento da sua capacidade produtiva.

Sendo uma forma particular de exploração, a superexploração consiste na violação da força de trabalho, que pode ocorrer “[...] por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste ‘anormal’, extensivo ou intensivo” (Osorio, 2013, p. 49). O salário recebido não equivale ao valor da força de trabalho, ou seja, não cobre o seu valor diário ou total. Assim, a definição da superexploração é caracterizada pela maior exploração da força física do/a trabalhador/a, sendo remunerada abaixo do seu valor real (Marini, 2017). Temos, assim, o fundamento da dependência: a superexploração do trabalho, já que a

[...] violação do valor da força de trabalho – a superexploração – representa um tema central da exploração nas economias dependentes, pois este

processo tem consequências nas modalidades como o capital se reproduz, em suas derivações na condição subordinada dessas economias na acumulação em escala do sistema mundial. Não considerar esta visão geral do processo é uma das limitações das críticas, de modo que acabam ficando enredadas, em muitos casos, em questões puramente formais (Osorio, 2013, p. 50).

Os três mecanismos que expressam a superexploração da força de trabalho, trazem consigo uma característica essencial dada “[...] pelo fato que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” (Marini, 2017, p. 334). Nos primeiros dois casos, há uma exigência excessiva de força de trabalho que ultrapassa os limites considerados normais, resultando no esgotamento precoce dos trabalhadores; no último caso, é negada a possibilidade de consumo mínimo necessário à manutenção da força de trabalho em condições adequadas. Em termos econômicos, esses mecanismos, que frequentemente aparecem de forma combinada, implicam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor real, caracterizando assim a superexploração do trabalho (Marini, 2017).

Para sua existência, o capitalismo necessita da apropriação direta da força de trabalho e não apenas dos produtos do trabalho. Neste sentido, um traço característico da formação social, política, histórica e cultural brasileira é funcional a ele: a escravidão, pois é um “[...] modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais [estejam] diretamente conectadas com os centros europeus”, já que essas foram fundamentadas pelo trabalho escravo (Marini, 2017, p. 334). Mas não podemos afirmar que a superexploração é compatível com o modelo de produção escravista, tendo em vista, como já apontou Marx (2017, p. 338) o senhor de escravos “[...] compra seu trabalhador como compra seu cavalo. Se perde seu escravo, ele perde capital que tem de ser resposto por meio de um novo gasto no mercado de escravos”. Ou seja, nesse modo de produção, a pessoa escravizada é capital constante e a sua eliminação, causada por uma jornada extenuante de trabalho, implica em um novo investimento para que a composição orgânica⁶ ocorra e possa valorizar o capital investido. Assim,

⁶ “[...] A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela

[...] a superexploração do escravo, que prolonga sua jornada de trabalho mais além dos limites fisiológicos admissíveis e redundando necessariamente no esgotamento prematuro, por morte ou incapacidade, só pode acontecer, portanto, se é possível repor com facilidade a mão de obra desgastada (Marini, 2017, p. 335).

No Brasil da segunda metade do século XIX, durante o auge do café, a supressão do tráfico de escravizados em 1850 fez com que a mão de obra escrava se tornasse menos atrativa para os proprietários de terras do Sul, que então preferiram utilizar trabalhadores assalariados provenientes da imigração europeia⁷. Isso também favoreceu uma política para suprimir a escravidão. Uma parte significativa da população escravizada estava na decrescente zona açucareira do Nordeste, e o desenvolvimento do capitalismo agrário no Sul exigia sua liberação para formar um mercado livre de trabalho. A criação desse mercado, com a abolição da escravatura em 1888, foi resultado de várias medidas graduais nessa direção, como assegurar a liberdade aos filhos das pessoas escravizadas. Este evento definiu-se como uma medida radical, eliminando as bases da sociedade imperial (a monarquia durou pouco mais de um ano após a lei de 1888) e não ofereceu indenização aos antigos proprietários de pessoas escravizadas (Marini, 2017).

Podemos afirmar, assim, que o capitalismo não requer necessariamente a forma de trabalho baseada no trabalho de pessoas escravizadas para o seu desenvolvimento e a sua expansão. Porém, quando tratamos parte da circulação e da existência de uma divisão social do trabalho, a escravidão não só fora utilizada para o desenvolvimento do capitalismo, mas fora essencial para a consolidação do capitalismo industrial. Assumindo, portanto, uma forma sofisticada que combina o trabalho assalariado e a mão de obra escravizada, sendo a marca do processo de formação do capitalismo em nossa particularidade. A seguir, buscaremos aprofundar um pouco melhor desse processo da formação social, política, histórica e cultural.

A FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, HISTÓRICA E CULTURAL: o racismo como traço constitutivo do capitalismo no Brasil

“[...] O sertão está em toda parte”.

composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica” (Marx, 2017, p. 689).

⁷ Processo esse sustentado pelas teses higienistas e a necessidade de “branquear” a população brasileira.

Quando Guimarães Rosa afirma que “*o sertão está em toda parte*”, ele não se refere apenas ao chão áspero do interior ou às veredas do mapa — fala de um sertão que é condição, estrutura, marca indelével da alma brasileira. O sertão, aqui, é metáfora da desigualdade que insiste, da ausência que pesa, da luta que persiste. Ele está nas periferias das grandes cidades, nas veias abertas do Nordeste, nos rostos negros subalternizados, nas heranças coloniais que seguem moldando o presente. Está no Estado que abandona, na democracia que exclui, no capital que explora e racializa. Este sertão, feito de exclusão e resistência, está entranhado na formação social do país, pois, como revela a Teoria Marxista da Dependência, o Brasil jamais rompeu com suas raízes escravocratas e patrimonialistas — ao contrário, sofisticou suas formas. Assim, este texto caminha por esses sertões estruturais que atravessam o Brasil — geográficos, raciais, sociais, históricos — para afirmar: o sertão, mais do que um lugar, é uma chave para compreender o país.

Ao abordar a questão social no Brasil, é imprescindível compreendê-la como expressão concreta de desigualdades estruturais profundamente enraizadas na formação social do país. Como destaca Iamamoto (2012), trata-se de um fenômeno que evidencia disparidades econômicas, políticas e culturais entre as classes sociais, mediadas por desigualdades de gênero, etnia e território, afetando diretamente a vida dos sujeitos em sua luta por direitos civis, sociais, políticos e humanos.

Netto (1996), ao investigar as particularidades da questão social no Brasil, destaca um elemento central: o caráter conservador da modernização promovida pelo capitalismo brasileiro. Segundo o autor, o desenvolvimento do capitalismo não avançou eliminando o atraso, mas sim por meio de sua contínua reposição em níveis mais complexos, porém funcionais e integrados à formação do capitalismo no país. A modernização conservadora permitiu, dessa maneira, a articulação entre o moderno e o arcaico, recriando aspectos que fazem parte da herança histórica colonial e patrimonialista brasileira.

Segundo Fernandes (1975), a revolução burguesa no Brasil apresenta características distintas das ocorridas nos países do “velho mundo”, destacando-se por seu viés antidemocrático. Nesse processo, as decisões fundamentais são impostas de forma verticalizada, isto é, “de cima para baixo”, e persistem na exclusão das classes subalternas, historicamente privadas do exercício pleno da cidadania, tanto social

quanto política. Isso configura, conforme Ianni (1984), uma contrarrevolução burguesa permanente. Nessa perspectiva, Fernandes (1975) argumenta que a transição do capitalismo competitivo para o monopolista no Brasil ocorre por vias que se afastam do modelo clássico de democracia burguesa. Assim, a revolução burguesa brasileira forja uma forma de democracia limitada às elites dominantes, que projetam seus interesses particulares como se fossem interesses universais da nação, por meio da mediação do Estado e das instâncias privadas de hegemonia (Iamamoto, 2012). Dessa maneira, o Brasil passa de uma democracia oligárquica para uma democracia do grande capital, evidenciando a dissociação entre o desenvolvimento capitalista e a consolidação de um regime político democrático.

O processo resulta na intensificação e na continuidade das relações de dependência em relação às nações imperialistas, sem que ocorra uma ruptura efetiva com a herança colonial presente na conformação da estrutura agrária brasileira. Iamamoto (2012) destaca que essa herança se manifesta tanto na subordinação da produção agrícola aos interesses do mercado externo — com ênfase na exportação de *commodities* primárias — quanto na persistência de elementos não capitalistas nas formas de exploração do trabalho e nas estruturas de propriedade da terra, que são reconfigurados e incorporados à lógica de expansão do capital.

Nesse contexto, a expansão do capitalismo monopolista no Brasil se estrutura em dois eixos fundamentais: a dominação imperialista e a intensificação das desigualdades internas no desenvolvimento da sociedade nacional. Esse movimento acirra as disparidades econômicas, sociais e regionais, à medida que contribui para a concentração de renda, prestígio e poder, especialmente sob recortes sociais, regionais e raciais. Produz-se, assim, uma forma particular de dominação política, de natureza contrarrevolucionária, na qual o Estado exerce um papel estratégico tanto na articulação dos interesses das frações burguesas quanto na imposição e difusão de seus valores, interesses e ideologias sobre o conjunto da sociedade. Trata-se, portanto, de um Estado “[...] capturado pelo bloco de poder burguês, por meio da violência ou pela cooptação de interesses” (Iamamoto, 2012, p. 132).

Consolida-se, assim, um Estado que evita qualquer ruptura estrutural com o passado, preservando traços fundamentais das relações sociais coloniais e da dependência ampliada ao capital internacional. Trata-se de um Estado historicamente distanciado das classes subalternas (Ianni, 1984) e sustentado por uma democracia incompleta, blindada aos interesses populares (Demier, 2017).

Um dos aspectos centrais das relações sociais herdadas do período colonial, que marcam profundamente a formação social, histórica, econômica e cultural brasileira, é o processo de aburguesamento dos senhores de escravos na transição do modo de produção escravista para o capitalismo, conforme aponta Moura (1983). Com a universalização do trabalho livre, implementa-se uma política de incentivo à imigração europeia, sem, contudo, romper com o lucrativo sistema do tráfico de pessoas escravizadas. Mesmo após sua proibição formal em 1850, por imposição da Inglaterra, esse comércio persistiu em função de sua elevada rentabilidade. Para Moura (1983), além de reconfigurar os interesses das empresas vinculadas ao tráfico, esse processo possibilitou a formação de um exército industrial de reserva composto pela população negra.

Nessa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido como resquício de estruturas arcaicas superáveis pela modernização; ao contrário, a modernização no Brasil é constituída sobre fundamentos racistas (Almeida, 2018). O racismo se configura, portanto, como um sistema de dominação e exploração enraizado materialmente na divisão social, racial e regional do trabalho. No interior do capitalismo, ele integra a organização política e econômica da sociedade, sendo, assim, estrutural. Segundo Almeida (2018), trata-se de uma forma de discriminação e preconceito que reproduz, de maneira concreta e simbólica, condições de subalternidade e privilégio entre os diferentes grupos raciais.

De acordo com Fernandes (2017), ainda que o trabalho seja, sob o capitalismo, uma mercadoria — com composição multirracial, de gênero e regional —, isso não implica que mercadorias iguais recebam o mesmo valor. Ou seja, na constituição do capitalismo brasileiro, foi fundamental a diferenciação da força de trabalho em mercadorias desiguais, impactando diretamente o valor do trabalho, os níveis salariais e, conseqüentemente, a formação da classe trabalhadora no país.

Argumenta-se, portanto, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil exigiu a articulação entre estruturas arcaicas e modernas como condição própria de sua conformação dependente (Fernandes, 1975). Trata-se da lógica segundo a qual o desenvolvimento capitalista engendra o subdesenvolvimento, promovendo um crescimento desigual, ainda que combinado. O racismo estrutural e as desigualdades regionais, nesse sentido, não são elementos periféricos, mas constitutivos desse processo.

Sob essa ótica, a realidade nordestina não deve ser interpretada como resultado de meras circunstâncias históricas ou geográficas, mas como expressão de um papel estrutural na divisão regional do trabalho no Brasil. Isso se evidencia em fatores como os baixos salários em relação à média nacional, o reduzido grau de industrialização, as menores taxas de produtividade do trabalho e o fraco desenvolvimento da composição orgânica do capital. Soma-se a isso o peso significativo da pauperização absoluta, a precariedade nas condições de trabalho e a centralidade da questão agrária, que limita o mercado interno e explicita, de forma contundente, a articulação dialética entre o moderno e o arcaico no interior do capitalismo dependente brasileiro.

Dessa forma, o processo de incorporação de sujeitos sociais a partir de marcadores como raça, etnia, sexo, gênero e território constitui um elemento estrutural da lógica de acumulação do capital no país. Em outras palavras, a formação da "questão social" no Brasil está profundamente alicerçada nas desigualdades raciais, regionais e de gênero. Compreende-se, assim, que o racismo e as disparidades regionais operam como mecanismos sócio-históricos que legitimam a segmentação e a precarização da força de trabalho, reafirmando desigualdades estruturais que atravessam a formação social, econômica, cultural e histórica brasileira.

CONSIDERAÇÕES

“[...] O sertão é onde manda quem é forte,
com as astúcias.
Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”
Guimarães Rosa

As análises desenvolvidas ao longo deste texto evidenciam que a constituição do capitalismo brasileiro não se dá pela via clássica das revoluções burguesas ocorridas nos países centrais, mas por meio de um processo contraditório e profundamente marcado pela combinação entre elementos arcaicos e modernos. A permanência de estruturas coloniais, o aburguesamento das elites escravistas e a consolidação de um Estado historicamente alheio às demandas das classes subalternas revelam que a modernização no Brasil não significou superação das desigualdades estruturais, mas sim a sua complexificação e incorporação.

A inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista mundial, e a maneira como isso modela as relações internas de produção e reprodução social, encontram explicação na Teoria Marxista da Dependência. Essa perspectiva teórica, ao analisar a

especificidade dos países periféricos, rompe com a visão evolucionista e linear do desenvolvimento capitalista, evidenciando que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas seu produto e condição. Assim, o capitalismo dependente brasileiro configura-se por um padrão de acumulação que se apoia na superexploração da força de trabalho, na reprodução de desigualdades raciais, regionais e de gênero, e na manutenção de um modo de ser subordinado, submisso e funcional às nações imperialistas.

Nesse sentido, a TMD oferece elementos teóricos fundamentais para apreender as contradições que estruturam o capitalismo *sui generis* brasileiro. A reprodução da dependência se expressa não apenas no plano econômico, mas também na cultura, na política e nas formas de dominação ideológica, produzindo um Estado que atua como mediador dos interesses burgueses — nacionais e internacionais — em detrimento das necessidades populares. O racismo estrutural, as desigualdades regionais e a constituição histórica de um exército industrial de reserva racializado e precarizado revelam a forma particular como o capitalismo se desenvolve no Brasil.

Dessa forma, compreender a formação social brasileira a partir da Teoria Marxista da Dependência permite superar leituras economicistas ou mecanicistas e captar a complexa totalidade das determinações históricas que conformam a questão social no país. O Brasil não apenas expressa um capitalismo dependente, mas também estrutura suas relações sociais, políticas e culturais a partir dessa condição, o que exige uma leitura crítica, situada e comprometida com os processos de emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, Guimarães Rosa, na epígrafe desta seção, nos adverte: no sertão, não basta fé — é preciso astúcia, força e preparo. E este sertão, metáfora viva do Brasil profundo, não é apenas geográfico: é histórico, social, racial e estrutural. É o território em que se entrelaçam dominação e resistência, onde o poder opera com violência e disfarce, e onde os de baixo aprendem, por necessidade, a sobreviver com coragem e crítica. Ao final deste texto, reafirmamos que compreender o Brasil — sua dependência, suas desigualdades e seu racismo estrutural — exige vir *armado*: de teoria, de memória, de escuta e de luta. Porque, como Rosa já sabia, nesse sertão que é o país, quem manda é quem domina — mas quem transforma é quem resiste.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência.
Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARDOSO, Fernando H. **A soma e o resto**: um olhar sobre a vida aos 80 anos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo capitalismo (Portugal-Brasil). **Libertas**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. 1. ed. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI:
<https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 8 fev. 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Brasil**: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social no Brasil: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-129, 1996.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da Superexploração. In: IPEA. **Desenvolvimento e dependência**: cátedra a Ruy Mauro Marini. (org. Niemeyer Almeida Filho). Brasília, IPEA, 2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: um balanço. In: MARINI, Ruy Mauro (Org.). **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Submetido em: 28/04/2025

Aceito em: 03/05/2025